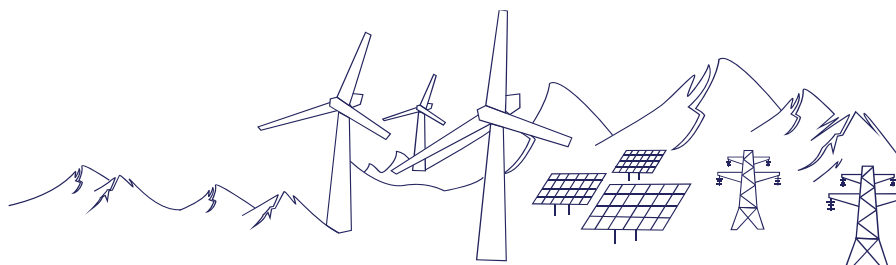




Demonstrações Contábeis

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.
CNPJ: 42.902.392-0001-24

31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente





SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanco patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Quotistas
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.448	1.618
Impostos a recuperar	5	285	34
Total ativo circulante		<u>11.733</u>	<u>1.652</u>
Não circulante			
Impostos diferidos	12	69	-
Total ativo não circulante		<u>69</u>	<u>-</u>
Total dos ativos		<u><u>11.802</u></u>	<u><u>1.652</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo			
Circulante			
Impostos a recolher	5	23	5
Dividendos	6	161	35
Contratos futuros de energia	7	202	-
Total passivo circulante		<u>386</u>	<u>40</u>
Patrimônio Líquido	8		
Capital social		10.900	1.500
Reservas de lucro	8.1	516	112
Total patrimônio líquido		<u>11.416</u>	<u>1.612</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>11.802</u>	<u>1.652</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida		-	-
Custo de operação	9	(202)	-
Lucro bruto		(202)	-
Administrativas e gerais	9	(307)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		(509)	-
Resultado financeiro líquido	10		
Receitas financeiras		1.280	195
Despesas financeiras		(5)	-
		1.275	195
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11	766	195
Imposto de renda e contribuição social correntes		(305)	(48)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		69	-
Lucro líquido do exercício		530	147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	<u>530</u>	<u>147</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>530</u>	<u>147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva de lucros	Lucros ou Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	20.000	(18.500)	-	-	1.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	147	147
Destinação do resultado do exercício					
Constituição de reserva legal	-	-	7	(7)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(35)	(35)
Destinação para reserva de lucros	-	-	105	(105)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	20.000	(18.500)	112	-	1.612
Integralização de capital	-	9.400	-	-	9.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	530	530
Destinação do resultado do exercício					
Constituição de reserva legal	-	-	27	(27)	-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(126)	(126)
Destinação para reserva de lucros	-	-	377	(377)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	20.000	(9.100)	516	-	11.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		766	195
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Contratos futuros de energia		202	-
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	11	1	-
		<u>969</u>	<u>195</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Impostos e contribuições sociais compensáveis		<u>(252)</u>	<u>(35)</u>
		<u>(252)</u>	<u>(35)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Impostos e contribuições sociais		38	-
		<u>38</u>	<u>-</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		755	160
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(325)</u>	<u>(42)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		430	118
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento (redução) de capital	8	9.400	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		9.400	-
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.830	118
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.448	1.618
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.618	1.500
		<u>9.830</u>	<u>118</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”) é uma sociedade limitada, constituída em 28 de julho de 2021, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Empresa é a SPIC Brasil Energia Participações S.A. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Empresa tem como objeto social e atividade preponderante a comercialização de energia elétrica iniciando sua operação em janeiro de 2024.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 26 de abril de 2024, a Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS® ”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros e instrumentos derivativos tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo SPIC. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.4.

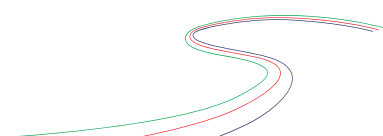
2.2 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Bases de preparação e apresentação

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo



ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

2.3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023:

CPC 26(R1)/IAS 1 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais.



2.3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Empresa

CPC 26(R1)/IAS 1 e CPC40/IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez.

CPC 06(R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback” - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação.

CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants

O Grupo não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

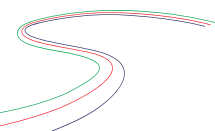
Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Empresa revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Contratos futuros de energia (nota explicativa 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (nota explicativa 11).

2.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Empresa. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

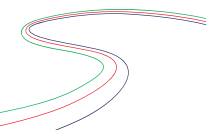
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixas e Bancos	1	-
Aplicações financeiras de curto prazo	11.447	1.618
	<u>11.448</u>	<u>1.618</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Imposto a recuperar e recolher

	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Adiantamentos / Pagamentos</u>	<u>Compensação de tributos</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Ativo - compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	-	160	-	-	(160)	-
IRRF sobre aplicação financeira	34	256	-	-	(149)	141
Outros (a)	-	165	1	-	(22)	144
Total	<u>34</u>	<u>581</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(331)</u>	<u>285</u>
Circulante	<u>34</u>					<u>285</u>
Total	<u>34</u>					<u>285</u>
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	5	305	-	-	(310)	-
PIS e COFINS	-	30	-	(4)	(22)	4
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	-	19	-	-	-	19
Outros	-	(5)	-	5	-	-
Total	<u>5</u>	<u>349</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>(332)</u>	<u>23</u>
Circulante	<u>5</u>					<u>23</u>
Total	<u>5</u>					<u>23</u>

(a) Saldo negativo de IRPJ e CSLL constituído no exercício de 2023.



6. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas:

	<u>Natureza</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Balanco patrimonial			
Passivo			
SPIC - Brasil Participações (a)	Dividendos	161	35
Total passivo		161	35

a) Distribuição de lucros por meio de dividendos para a controladora direta SPIC Brasil Energia Participações S.A.

7. Contratos futuros de energia

Política contábil

A Empresa realiza operações de comercialização de energia elétrica, os contratos de compra e venda de energia futura (trading) são classificados dentro do alcance do CPC 48, portanto são classificados como instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo na data em que o respectivo contrato é celebrado e são, subsequentemente, marcados a mercado ao seu valor justo, com contrapartida em outras receitas e despesas operacionais.

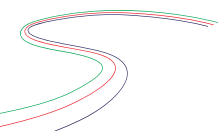
O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado, em parte, nas cotações de preços futuros de energia publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

a) Composição:

	<u>31/12/2023</u>	
	<u>Passivo</u>	<u>Total</u>
Circulante	202	202
	202	202

b) Movimentação:

	<u>2023</u>
Saldo líquido no início do exercício	-
Marcação a mercado dos contratos de energia	202
Realização	-
Saldo líquido no final do exercício	202



8. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Empresa é de R\$ 1.500, representado por 1.500.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Em 10 de janeiro de 2023 e em 10 fevereiro de 2023 houve aumento de capital na importância de R\$ 8.500 e R\$ 900 respectivamente, de modo que o capital social da Empresa passou a ser de R\$10.900 representado por R\$ 10.900 quotas, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

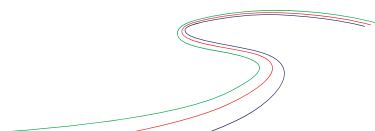
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	530	147
Constituição da reserva legal - 5%	(27)	(7)
	<u>503</u>	<u>140</u>
Destinação do lucro:		
Dividendos	126	35
Reserva de lucros	377	105
	<u>503</u>	<u>140</u>

8.1 Reservas de lucro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reservas de lucro		
Reserva legal	34	7
Reserva de retenção de Lucros	482	105
	<u>516</u>	<u>112</u>

9. Nota de gastos

	<u>2023</u>		
	<u>De</u>	<u>Gerais e</u>	
	<u>operação</u>	<u>Adm.</u>	<u>Total</u>
Marcação a mercado - Contratos futuros de energia	202	-	202
Serviços de terceiros	-	307	307
Total	<u>202</u>	<u>307</u>	<u>509</u>



10. Resultado financeiro

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	1.343	205
Variação monetária	1	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	<u>(64)</u>	<u>(10)</u>
Receitas financeiras total	<u>1.280</u>	<u>195</u>
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras total	<u>(5)</u>	<u>-</u>
Total resultado financeiro	<u>1.275</u>	<u>195</u>

11. Imposto de renda, contribuição social

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

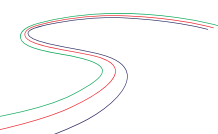
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na alíquota de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.



Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação do ICPC 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações contábeis, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações contábeis em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Empresa conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Empresa entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Empresa para fins fiscais e para fins contábeis.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	<u>236</u>	<u>48</u>
IRPJ - Corrente	218	30
CSLL - Corrente	87	18
IRPJ - Diferido	(51)	-
CSLL - Diferido	(18)	-
	<u><u>236</u></u>	<u><u>48</u></u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

<u>Natureza dos Cálculos</u>	<u>Ativo Não Circulante</u>	<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diferenças Temporárias			
MtM contratos future de energia	69	69	
Total Diferenças Temporárias	<u>69</u>	<u>69</u>	-
Total bruto	<u><u>69</u></u>	<u><u>69</u></u>	<u><u>-</u></u>



Composição da alíquota efetiva:

	IRPJ / CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	766	195
Alíquota	34%	24%
IRPJ e CSLL	(260)	(48)
Adições temporárias	(69)	
Adicional (10%)	24	
Despesa de IRPJ e CSLL	(305)	(48)
Alíquota efetiva	39,82%	24%

12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de liquidez.

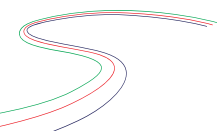
As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não tem exposição de crédito em seus ativos.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. A empresa não apresentou risco de taxa de juros nos anos de 2023 e 2022.



c) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Empresa:

	31/12/2023		31/12/2022
	De 1 a 3 meses	Total	Total
Passivos Financeiros			
Contratos futuros de energia	202	202	-
Total	202	202	-

d) Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2023		31/12/2022		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	11.448	11.448	1.618	1.618	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Contratos futuros de energia	202	202	-	-	Valor justo por meio de resultado

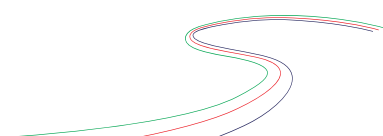
Hierarquia de valor justo

A Empresa somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e cauções, conforme tabela acima.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Classificação e mensuração



O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Empresa classifica os ativos financeiros como valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Empresa após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não há históricos de perda.

A Empresa possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 vinculados a contratos de compra e venda de energia descrito na nota explicativa 7.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Empresa, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Empresa.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas



dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

13. Seguros

A Empresa mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa mantém seguro de D&O (‘Directors and Officer’) para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, no montante de R\$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2023 a 08/11/2024, Responsabilidade Civil Geral no montante de R\$50.000 com período de vigência de 30/11/2023 a 30/11/2024 e Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 30/11/2023 a 30/11/2024, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 5.166 e Lucros Cessantes de R\$ 609.877, com Limite Máximo de Indenização (LMI) de R\$ 1.388.

14. Eventos subsequentes

A Empresa entrou em operação comercial em janeiro de 2024.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Paulo Dutra
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
CRC - 1SP145065/O-9

